

Sumário

1. Introdução	1
2. O Fenômeno da Corrupção e o Panorama de Responsabilidades no Direito Brasileiro	3
2.1 Conceção jurídica do termo corrupção	4
2.2. A necessidade de um microsistema legislativo de combate à corrupção no Brasil	11
2.3. A importância dos microsistemas legislativos e o microsistema de combate à corrupção brasileiro	13
2.4. O microsistema legislativo brasileiro de combate à corrupção: fundamentos constitucionais	16
2.5. O microsistema legislativo brasileiro de combate à corrupção e a responsabilização das pessoas jurídicas.....	24
2.6. O desafio do non bis in idem	29
2.7. Conclusões parciais.....	34
3. O Princípio da Função Social da Empresa	37
3.1 Genêse do direito de propriedade e sua função social.....	37
3.2 A evolução da função social da propriedade imobiliária para a função social mobiliária: a função social da empresa.....	41
3.3 A função social da empresa no direito brasileiro	45
3.4 A função social da empresa e seus reflexos no direito administrativo sancionador	51

4. O Direito Comparado e a Lei Federal nº 12.846/2013	55
4.1 Foreign Corrupt Practices ACT (FCPA).....	55
4.2 UK Bribery ACT (UKBA) 2010	59
4.3 A lei federal brasileira nº 12.846/13.....	63
4.3.1 Antecedente histórico	63
4.3.2 Considerações iniciais acerca da lei federal 12.846/13.....	66
I. responsabilidade objetiva.....	69
II programas de integridade ou compliance	72
III. Acordos de leniência.....	75
IV. O processo administrativo de responsabilização	80
V. Responsabilização judicial.....	82
VI. O cadastro nacional de empresas punidas (CNEP)	84
4.4. Conclusões parciais	86
5. A Necessidade de Combate à Corrupção e de Preservação da Atividade Empresarial: uma Compatibilização Necessária	89
5.1 Considerações iniciais	89
5.2 O princípio da preservação da atividade empresarial	91
5.3. A constituição federal, o código civil e a lei 11.101/05 como parâmetros de preservação da atividade empresarial para a lei anticorrupção	95
5.4. O poder de polícia estatal	102
5.5. A tarefa do direito administrativo e em especial do direito administrativo sancionador	107

6. Efeitos do Princípio da Função Social da Empresa na Aplicação de Sanções	127
6.1 O princípio da função social da empresa como princípio do direito administrativo sancionador	127
6.2. A função da sanção administrativa	130
6.3. O aperfeiçoamento dos acordos administrativos	130
6.4. A dosimetria das sanções pecuniárias e o programa de integridade como alternativa	143
6.5. A racionalização das medidas de indisponibilidade de bens	149
6.6. A lei nº 14.230/21 E a positivação do princípio da preservação da empresa na lei nº 8.429/92	153
6.7. A desapropriação de quotas sociais como medida de atendimento ao interesse público na preservação da empresa	154
6.8. Conclusões parciais	162
7. Conclusão	165
8. Referências.....	175